



REFORMA ADMINISTRATIVA: O DESMONTE DO ESTADO



O governo de Jair Bolsonaro tem implantado medidas para privatizar o Estado e reduzir investimentos, oferta de bens públicos, oferta de serviços públicos (mesmo os essenciais), políticas de combate às desigualdades. Retira direitos dos trabalhadores e, com a Reforma Administrativa, quer alcançar os servidores e empregados públicos.

Bolsonaro não se contentou com o teto de gastos, herança maldita do governo Temer e defende propostas que aprofundam a visão liberal do Estado. Seu propósito é desvincular, desobrigar e desindexar o gasto público, além de submeter o orçamento à dívida pública e não às necessidades da população.

A Reforma Administrativa (PEC 32/2020) visa acabar com o Regime Jurídico Único, que regula a relação dos servidores públicos com a administração pública. Os argumentos em defesa desta nefasta mudança se pautam pelo interesse do “mercado” e da grande mídia, que condenam os gastos públicos e depreciam a atuação dos servidores, propondo o “Estado Mínimo” como solução para os problemas brasileiros.

Em um ataque sem precedentes à soberania tecnológica brasileira, está no rol desta política a

privatização de estatais como o SERPRO e DATAPREV, empresas públicas importantes da área da tecnologia da informação, que armazenam dados das pessoas, das empresas e do governo, verdadeiros tesouros, cobiçados pela iniciativa privada.

O objetivo do governo é diminuir o tamanho do Estado para que o setor privado lucre com as atividades que antes eram públicas e quem pagará pelos custos da crise econômica, sanitária e social que o país atravessa, e que se aprofundará, será toda a classe trabalhadora, pois a elite é sempre poupada já que suas grandes fortunas nunca são taxadas.

Vale registrar que o número de servidores públicos em relação à população brasileira está abaixo do verificado em muitos países desenvolvidos e que a maior parte dos funcionários públicos (57%) tem rendimentos na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, de R\$ 3.816,00. Na esfera municipal este percentual aumenta.

O resultado dessa política será o baixo crescimento, a instabilidade econômica, o aumento da dificuldade do Estado para desenvolver políticas estratégicas para o país, a ampliação da pobreza e da concentração de renda.

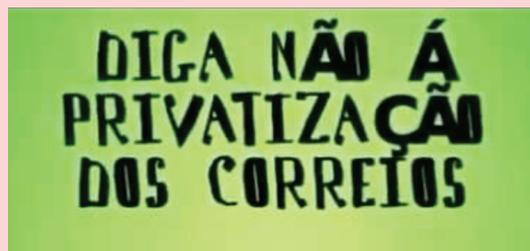
Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



PRIVATIZAÇÃO AVANÇA NOS CORREIOS

Após destruir as cláusulas econômicas do Acordo Coletivo de Trabalho, facilitando a entrega da empresa aos investidores internacionais, Jair Bolsonaro acelera o processo de privatização dos Correios. Além de lutarem por seus direitos e empregos, os ecetistas lutam contra a entrega desse patrimônio do povo e, após a combativa greve, enfrentam perseguições e assédio dos gestores.

Desmontar a empresa e reprimir a organização dos trabalhadores, com cortes de salários e aumento da carga horária de trabalho para os que participaram da greve é parte da investida da direção da empresa em nome da privatização. Só com a luta organizada de todas as categorias em solidariedade à categoria ecetista será possível derrotar esse governo e frear a entrega do patrimônio público.



DESMONTE DA PETROBRAS NO NORDESTE



Governo anuncia intenção de venda do maior campo de petróleo terrestre do país: o Campo de Carmópolis, em Sergipe, com reserva estimada em 1,7 bilhão de barris de petróleo. O pacote inclui mais 11 concessões no estado e toda a estrutura de produção e de logística da Petrobrás na região.

A Petrobrás tem 100% de participação em todos os ativos. A venda de seus ativos acelera a saída da empresa do Nordeste, impactando profundamente a economia e os empregos da região, sem contar que é

mais uma iniciativa rumo ao desmonte desta importante estatal brasileira.

Somente a luta unitária da classe trabalhadora em defesa da soberania nacional poderá barrar mais esse crime de lesa pátria.

MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

Ratinho Júnior (PSD), iniciou a implementação do programa de escolas cívico-militares em 215 colégios estaduais do Paraná.

O modelo coloca fim à gestão democrática nas escolas. Serão dois diretores: um civil, que cuidará da parte pedagógica, e um militar da reserva para tratar de disciplina e hierarquia. Ambos escolhidos pela Secretaria de Estado da Educação, sem participação da comunidade escolar na escolha.

O modelo cívico-militar não visa melhorar as condições de ensino-aprendizagem, mas, sobretudo, calar as vozes contrárias à privatização da educação e à exclusão escolar da parte mais vulnerável da população. A luta por Educação Pública, gratuita e de qualidade para todos passa pela rejeição desse projeto.



PRIVATIZAÇÃO DO SUS



Em 27 de outubro, o governo federal mostrou sua intenção de privatizar o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de um decreto, revogado no dia seguinte, que autorizava a equipe econômica de Paulo Guedes a preparar estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, modernização e operação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Concessões ou privatização invertem a lógica do SUS, que é o atendimento universal. Enquanto a iniciativa privada age em função do lucro a qualquer custo, mesmo que seja em detrimento ao atendimento da população e certamente cobrará, o SUS atua em proteção a todos, sem

custo, pois já é sustentado pelo que é pago de encargos empresariais e dos trabalhadores (INSS) e arrecadado de tributos, onde parte é destinada a este importante sistema de proteção a vida em toda sua dimensão, direito constitucional dos cidadãos brasileiros. Contra a sanha privatista do governo Bolsonaro, a luta pela defesa do SUS como uma conquista da luta da classe trabalhadora brasileira deve se fortalecer.